

Especialistas defendem mais testes em água do Rio Doce

Data da Publicação: 24/11/2015

Imprimir

Copiar Link



Curtir 0

Compartilhar 0

Fotos: Tonic



A qualidade da água distribuída à população nos municípios afetados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, foi questionada por especialistas e pesquisadores da área ambiental que compareceram à reunião extraordinária da Comissão de Representação do Rio Doce, nesta terça-feira (24), na Assembleia Legislativa (Ales).

No último domingo (22), a captação de água do Rio Doce em Colatina voltou a ser feita pela Companhia pelo Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (Sanear), depois do resultado positivo feito por um laboratório. Com isso, o abastecimento de água começou a ser restabelecido na segunda-feira (23). Entretanto, muitos moradores estão preocupados com a qualidade desta água e o tema foi um dos principais pontos levantados na reunião pelos deputados e especialistas.

O presidente da Comissão instaurada na Assembleia, deputado Da Vitória (PDT), afirmou que existe uma guerra jurídica no município de Colatina por conta do desconhecimento da população em relação à distribuição da água.

"Hoje (24) foi suspensa a distribuição por manifestação do Ministério Público acatada pela Justiça. Agora está na Justiça uma provocação do Sanear de Colatina, que mantenha a distribuição de água, e a sociedade fica aquém do conhecimento. A Ales quer propor aos órgãos que deem mais segurança com relação ao consumo e distribuição da água", salientou.

Por isso, Da Vitória indagou o reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Reinaldo Centoducatte, se a instituição consegue aferir laudos com relação a qualidade da água tratada para confrontar com o da Sanear. O reitor confirmou que seria possível, sim, analisar se a água está nos padrões normais, seja no exame de laudo processado pela empresa de saneamento local ou na coleta de nova amostra e verificação química ou biológica.

Para o representante do Ifes de Colatina, professor Tadeu Rosa, é preciso que sejam feitas novas análises para que o povo tenha confiança na água disponibilizada. "Necessita fazer outros laudos para que a população tenha crédito nesses resultados. Na questão do tratamento da água em relação aos metais nós não temos segurança. Precisamos saber a quantidade de metais envolvidos, a população de Colatina precisa de credibilidade", frisou.

O professor do Ifes, Marcelo Moreira da Silva, presidente da Câmara Técnica de Mobilização e Capacitação do Comitê da Bacia do Rio Doce, disse que um dos principais problemas dos laboratórios que verificam a qualidade da água é a metodologia, já que pode levar a resultados diferentes. "A creditação em usar a água vai depender das organizações, das agências, da universidade, do Ifes, da Cesan com resultados. O povo está apreensivo. Como profissional não beberia a água no primeiro teste. Na ciência precisamos de mais resultados", afirmou.

Quem também concordou foi o delegado do Conselho Regional de Biologia (CRB) Edvaldo Peisino. "A preocupação maior não é com o resultado, mas com metodologias e a periodicidade que estão sendo coletados. A característica do rejeito é diversa, não é homogênea, tem na bacia resíduos com densidades diferentes", informou. O especialista também citou que diferente dos 86% da bacia do Rio Doce localizada no estado de Minas Gerais, que é rio de montanha, muito mais acidentado, no Espírito Santo o relevo é mais plano e significa que o tempo de permanência na calha do rio vai ser muito maior.

Durante a reunião, o presidente da Assembleia, deputado Theodorico Ferraço (DEM), afirmou que solicitou à Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) uma especialista em química para acompanhar o Ministério Público em Colatina no serviço de água e que a demanda foi acatada.

Estudos

Vários estudos estão sendo feitos pelas instituições e conselhos para acompanhamento dos danos provocados pela tragédia. Na Ufes, segundo o reitor da universidade, foi formado um grupo com mais de 40 pesquisadores, que será dividido para discussão em grupos técnicos de questões da hidrologia, oceanografia, entre outras. Segundo Centoducatte, as propostas e projetos serão submetidos ao Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) e ao Ministério Público.

"É preciso identificar os problemas, equívocos e erros nas normatizações para que possam ser mudadas as regras, normas e metodologias e para que um desastre como esse não ocorra mais no Brasil. Não podemos permitir que algo dessa natureza se repita", afirmou o reitor.

A professora da Unesc Ana Carolina Cecon apontou que uma das medidas que precisam ser adotadas é o reflorestamento da mata ciliar de todos os afluentes. Já a professora da Multivix, Danielle Drumond Neves, alertou para o fato da análise da água do Rio Doce para verificação da presença de materiais pesados não ter sido feita no local do rompimento da barragem. "As análises foram feitas mais ao longo do rio, em Baixo Guandu, Colatina. Do momento que teve derramamento até Colatina passou por muitos lugares, pode ter algumas outras atividades, como de garimpeiros, que podem ter lançado no afluente e contaminado o rio com metais pesados", avaliou.

De acordo com o delegado do CRB, foi instituído um grupo técnico de apoio junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES). "Temos dois mil professores credenciados e é formado boa parte pela nata do conhecimento de biologia do Espírito Santo. Não é possível dimensionar, mas tem uma série de atores

participando do processo. O acidente foi um tiro de misericórdia no rio, que vem sofrendo a sete décadas com todo o processo de desenvolvimento que nós escolhemos”, disse.

Avaliação



A relatora da comissão de representação, deputada Eliana Dadalto (PTC), criticou a Samarco por estar apresentando informações

distorcidas. “Meu questionamento é: e a Samarco? Vem lentamente dando resposta ao povo. Em Belo Horizonte estivemos com os deputados e representantes deram informações totalmente distorcidas com relação às que tivemos aqui. Fica a nossa interrogação, o que podemos esperar? Uma empresa que não teve nem um plano de emergência para que nossa população tivesse tempo de sair?”,

questionou.

A ausência da Samarco na divulgação de informações relativas à qualidade da água também foi questionada pela deputada Janete de Sá (PMN). “O nosso papel é de fiscalização e o nosso foco atual é de estar levando tranquilidade para a população. O que temos observado e que nos preocupa muito é que a Samarco não vem a público trazer essas informações que trazem preocupação para essa Casa e a população atingida. Só nos faz crer que a empresa está escondendo algumas questões”, citou.

Quem também fez críticas à mineradora foi a deputada Luzia Toledo (PMDB). “Fico muito indignada com a desinformação, os desencontros das informações são muito grandes. Na minha visão vejo que esses desencontros só tem trazido prejuízo para a sociedade, que esta ávida pela informação correta”, disse.

CPI

Ao final da reunião, o presidente do colegiado disse que foi protocolada na Casa nesta segunda-feira requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a tragédia. Para falar sobre a decisão, o grupo realiza coletiva de imprensa nesta quarta-feira, às 13 horas. Já na próxima segunda-feira (30), foi agendada reunião às 17 horas, no plenário Rui Barbosa, com a presença de convidados ainda a serem confirmados.

Anna Beatriz Brito / Web Ales

(Reprodução autorizada mediante citação da Web Ales)

Mais Notícias

[Indicação sugere treinamento em primeiros socorros](#)
[Técnicos em radiologia serão homenageados na Assembleia](#)
[Matéria sugere CNH mais barata para idosos](#)